

PORTARIA Nº 4328/2018-PGJ, DE 17.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Cristiano Lopes Baes, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 7 (sete) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, a partir de 4.12.2018, inicial, nos termos do inciso II do artigo 130 e do artigo 146, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c os artigos 25 e 26 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4329/2018-PGJ, DE 17.12.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Retificar a Portaria nº 4137/2018-PGJ, de 6.12.2018, na parte que designou a servidora Elizangela Cristina Paes da Silva, para prestar serviços para a Promotoria de Justiça de Bandeirantes; de forma que, onde consta: designada para prestar serviços na 43ª Promotoria de Justiça, passe a constar: designada para prestar serviços na 64ª Promotoria de Justiça.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

ESCOLA SUPERIOR

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO – ESMP-MS

Processo Administrativo nº 42/2018-ESMP-MS

Partes:

1 - Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, representada por sua Diretora-Geral, Jaceguara Dantas da Silva.

2 - Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por seu Presidente, Conselheiro Waldir Neves Barbosa, por meio da Escola Superior de Contas, ESCOEX, representada pelo seu Diretor-Geral, Conselheiro Ronaldo Chadid.

Objeto:

Promover a cooperação e o intercâmbio acadêmico, científico, técnico, cultural e interuniversitário, visando à formação e aperfeiçoamento e a especialização discente, docente e técnica, bem como o desenvolvimento institucional.

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994; Resolução nº 015/2017-PGJ, de 5 de julho de 2017.

Vigência: 13.12.2018 a 13.12.2019.

Data da assinatura: 13 de dezembro de 2018.